

MPF entra com ação civil contra usina São Luiz do Tapajós

Categories : [Salada Verde](#)

O Ministério Público Federal entrou com Ação Cível Pública na terça-feira (25) pendendo à Justiça Federal de Santarém-PA que suspenda o licenciamento da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Pará. De acordo com o MPF/PA, o processo de licenciamento da usina é irregular, pois foi iniciado sem a consulta prévia aos povos indígenas e ribeirinhos afetados.

Entre as justificativas apontadas estão a falta de estudos necessários para a autorização de empreendimentos desse porte, como a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), já que a usina de São Luiz do Tapajós é a [primeira de outras 4 prevista](#) para a bacia de Tapajós. “A ausência de estudos detalhados sobre os impactos que todas as hidrelétricas podem gerar a partir de seu funcionamento conjunto implica a incerteza quanto às consequências ambientais e sociais da implantação de tais empreendimentos, ainda mais se for considerado que tais consequências poderão ser irreversíveis”, sustenta o MPF na ação.

Em relação aos povos indígenas, a Convenção 169 determina que a consulta prévia tem que ser feitos antes de toda e qualquer decisão que possa interferir na vida dos povos afetados. A ausência de consulta já foi motivo de Ação Civil em outros empreendimentos hidrelétricos, como em [Teles Pires](#) e [Belo Monte](#). “Os povos indígenas e as populações tradicionais que habitam essas áreas estão ameaçados pela implantação das usinas do Complexo Tapajós. O estado brasileiro aprovou esses empreendimentos e deu início ao licenciamento, sem consultar as populações sobre os impactos em suas vidas”, narra a ação, assinada pelos procuradores da República Fernando Alves de Oliveira Jr, Felipe Bogado e Luiz Antônio Amorim Silva.

Segundo o MPF, lideranças do povo Munduruku, principal atingido pelas usinas do Tapajós, denunciaram que o simples anúncio dos projetos hidrelétricos já está provocando a invasão de garimpeiros ilegais, madeireiros e grileiros em terras indígenas. Um relatório feito pelo [ICMBio da qual \(\(o\)\) eco teve acesso](#) também alerta para o aumento de garimpos na região.

A ação pede para que o processo de licenciamento seja suspenso até o cumprimento da realização da Avaliação Ambiental Integrada (AAI) e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e da consulta aos povos indígenas afetados. Leia [aqui o documento na íntegra](#). *Com informações da assessoria de imprensa do Ministério Público Federal

Leia Também

[Amazônia: Alteração de UCs pode deslocar garimpos](#)

[ICMBio: servidores divulgam carta aberta contra recorte de UCs](#)

[Entra em vigor lei que muda UCs na Amazônia](#)

[Gestores ambientais são cúmplices do avanço das hidros](#)

-